Discurso de abertura do VI Congresso Nacional da Andes pronunciado pelo prof. Newton Lima Neto — presidente

(I Parte: análise da conjuntura nacional)

A Realização deste nosso VI Congresso se dá em meio a uma grave crise do país, marcada pelo desgoverno econômico, pelo agravamento das condições de vida da maioria da população, pelo desprezo às questões sociais, em especial à Educação, que merece uma reflexão cuidadosa por parte dos colegas congressistas, representantes legítimos do coletivo dos professores do ensino superior brasileiro.

Hiperinflação, taxas de juros de 450% ao ano, arrocho salarial, escassez de gêneros, queda no saldo da balança comercial, manipulação de índices econômicos, explosão no preço de aluguéis e de imóveis, elevação de taxas de serviços e preços de combustíveis, e ampliação do confisco salarial via imposto de renda e compulsório, são marcas evidentes da crise, descredenciam qualquer acusação de pessimismo.

A política governamental conservadora em curso no Brasil pós Regime Militar procurou, com poderoso apoio dos meios de comunicação, convencer a opinião pública de que o Plano Cruzado em fevereiro, com o objetivo de conter o processo inflacionário, era a salvação nacional. Após 10 meses de Plano, tendo sofrido duas alterações de trajetória, ele faleceu, trazendo à tona um sentimento de grande engôdo. Vivemos hoje uma situação inflacionária pior do que em fevereiro do ano passado, agravada pela crise de abastecimento e pelo consequente aparecimento do ágio, exercido às claras e com a complacência das autoridades governamentais.

Em que pese o fato da inflação haver baixado entre março e novembro, ter-se acelerado o crescimento econômico potencializando a expressiva vitória eleitoral alcançada pelo governo naquele mês e garantindo a maioria conservadora para a Constituinte, sabia-se desde o início, que o Pacote tinha problemas graves em se manter. Atacando apenas o componente inercial da inflação, privilegiando os preços e, portanto, o lucro, em detrimento do salário, deixando de lado as raízes estruturais da crise econômica como a dívida externa, o déficit público, e os problemas do campo, era fácil, se imunizados ante a púria ufanista avassaladora que tomou conta do país, perceber-se resultados econômicos efêmeros e objetivos políticos de fundo.

E nós, docentes universitários, desde a primeira hora, antevimos esse desfecho, alertando que os trabalhadores assalariados, é que pagariam, no final, as contas.

Dito e feito. Após a vitória nas urnas o governo, coerente com sua forma de governar, sem ouvir a sociedade civil e o Congresso, decretou mais um Pacote: o Cruzado II. É o enterro definitivo do congelamento, que já andava combalido pelos efeitos do Cruzadinho e do ágio generalizando o consumo exacerbado — que na realidade mal chegou aos níveis de 1980.

Foi em vão. Desta vez todo o conjunto da classe trabalhadora cansada de ser ludibriada e encontrando disposição de suas lideranças, mesmo daquelas que se mantinha anteriormente recalcitrantes, disse basta e deflagrou a greve histórica do dia 12 em todo o país.

A extensão e significado da greve geral convocada pelas Centrais, Confederações e ANDES, efetivamente nacional e tendo paralizado expressivo contigente de trabalhadores em todo o Brasil, inclusive docentes universitários, mostrou que existe um potencial de mobilização contra a continuidade de medida anti-populares, tomadas de forma antidemocrática e no interesse tão somente do Capital. Mistrou também que a Nova República reprime violentamente o movimento sindical e, como nos velhos tempos, prende e incrimina suas lideranças.

Agrava-se a situação econômica do país, a exigir medidas urgentes, na sua definição das quais preponderiam políticas recessivas com arrocho de salários, fim do gatilho salarial e diminuição de verbas para serviços públicos essenciais.

Era fundamental, também, estacar as manifestações pela revogação do Cruzado II e pelo fim da sangria da dívida externa comprometendo a estratégia de definir com urgência uma nova Constituição de caráter conservador.

Levando em conta a greve, o governo de forma hábil, propôs um Pacto, logo rebatizado de entendimento, logo depois da trégua e que se mostrou nada mais do que uma tentativa de alcançar uma capitulação da classe trabalhadora, obtendo ao mesmo tempo alguma avalização popular para as medidas antipopulares que estava inclinado a tomar.

Querem, governo e empresários, em troca de um insignificante reajuste no salário mínimo e sem a suspensão dos processos aos quais estão submetidos várias lideranças sindicais por sua atuação no dia 12, um realinhamento de preços, o fim do gatilho e principalmente, atar as mãos dos trabalhadores, cerceando-os quanto ao seu legítimo direito de greve, impedindo-os de intervirem de forma mobilizada na Constituinte. Não obstante uma parte das lideranças dos trabalhadores, terem acreditado na disposição do governo e empresários a negociações efetivas, a trégua não saiu. Assim sendo, novo pacote que deverá ser, se já não estiver sendo neste momento, decretado, constitui a expressão das intenções reais do governo Sarney. Cabe à ANDES, no nosso entendimento, como vem fazendo de forma determinada, continuar trabalhando para a unificação, na luta, do Movimento Sindical, para que o movimento avance e potencialize vitórias importantes para o conjunto dos trabalhadores.

No plano político, a Constituinte era, para a maioria da população brasileira, uma esperança de aprimoramento do ordenamento jurídico das relações entre as diversas classes sociais do Brasil, avançando no sentido de propiciar melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde e participação política aos trabalhadores brasileiros. Assistimos, na entanto, a um enorme e premeditado esvaziamento do debate sobre a nova Constituição, iniciado no momento que se reduziu a Constituinte que o Movimeno Popular reivindicava, às dimensões de um Congresso Constituinte. Prosseguiu com o atrelamento das eleições para constituintes às de governadores de Estado, com o abuso do poder econômico permitido e com uma legislação eleitoral premiada de injustiça. O grande debate nacional tão prometido e que deveria indicar as transformações das políticas sociais de fundo da ditadura, foi remetido para comissões de especialistas, controladas pelo Executivo, despriorizado na pauta de discussão sobre 15 de novembro, tanto pela maioria dos candidatos como pelos meios de comunicação de massa.

Presenciamos, revoltados, a organização do capital industrial, agrário, pecuarista e bancário, investindo enormes somas para garantir grande representação na Constituinte Congressual e, consequentemente alguma legitimidade política à exploração econômica.

Mesmo nesse quadro adverso, deveremos continuar lutando para interferir na Constituinte. Temos, a partir do último CONAD uma plataforma educacional ampla e progressista, precisando ainda ser complementada por outra relativa à Ciência, Tecnologia, Cultura e Arte. Como forma de articulação com outros movimentos sociais organizados, devemos levar em frente a construção do Fórum Nacional sobre Educação, Tecnologia, na Constituinte, criando um espaço independente de discussão e formação de um amplo leque de apoio à uma constituição mais próxima das reais aspirações da maioria população brasileira. O Movimento Docente tem encontro marcado com estas lutas na Constituinte Congressual. Para elas é fundamental nos prepararmos neste nosso VI Congresso.

CONAD Extraordinário

Brasília — de 20 a 24/3

TEMA 1: Questões setoriais: Federais, Estaduais e Particulares

TEMA 2: Plataforma da Constituinte (conclusão)

Temário aprovado no VI Congresso da ANDES

Em busca da terra, colonos chegam à UFPel

"Não podem pairar dúvidas, analisando-se a questão sob a ótica da experiência do Ocidente, que a reforma agrária tem contribuido decisivamente para a estabilidade política e social das nações que a praticaram"... "Por outro lado, é inconteste que a reforma agrária é um imperativo da real destinação geopolítica do país"... "Aqueles que confundem estagnação social, com sua teia inextrincável de injustiças sociais, com estabilidade social, cometem equívoco que a História não se cansa de evidenciar". (Prof. Ruy Antunes – Reitor da UFPel em 23/12/87 na imprensa local)

M.S.T.: a luta pela Reforma Agrária

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) organizou-se, de forma estrutural, em 1984, com a criação da Comissão Regional Provisória. Mas suas raízes estão no ano de 1979, com as ocupações das Fazendas Macale e Brilhante, aquí no Estado. Logo mais, em 1981, com o acampamento da Encruzilhada Natalino, hoje o porta-voz de todos os colonos Sem Terra que lutam pela efetiva realização da Reforma Agrária.

Hoje, o MST está organizado em 18 Estados brasileiros, coordenado por dois representantes em cada Estado.

Em 1985, o então Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, elaborou o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que prometia ser a grande esperança para os agricultores sem terra. O PNRA previa, para 1986, o assentamento de 150 mil famílias no Brasil. Porém, apenas sete mil foram assentadas, e isto após muita pressão dos colonos.

Para o Rio Grande do Sul, o PNRA previa o assentamento de 11.300 famílias. Até o presente momento, apenas 238 famílias foram assentadas, nos municípios de Guaíba, Sarandí, Santiago, Taquari e Tupanciretã.

O Governo já fez inúmeras promessas, chegando, inclusive a criar, após a ocupação da Fazenda São Juvenal, em Cruz Alta, uma Comissão de vistoria e negociação de áreas, visando acelerar o processo de assentamento. Mas o processo continua vagaroso, com apenas 33 famílias assentadas, na Arrozeira Brasileira, com 510 ha, em Guaíba. Os mais de 3.000 ha prometidos pelo Governo, até o momento, estão na promessa.

Do Annoni para a Palma em busca de solução

Cansados de esperar que promessas sejam cumpridas os colonos do Movimento Sem Terra (MST) partem para a luta, a fim de escreverem, eles próprios, sua história. Assim, 49 famílias de agricultores, das cerca de 1.200 que há dois anos estão na Fazenda Annoni, em Sarandi (RS), aguardando a solução (que não aparece) das autoridades, chegaram na Estação Experimental da Fazenda da Palma, pertencente à Universidade Federal de Pelotas. As 120 pessoas chegaram no dia 23 de novembro, "em busca de um pedaço de terra para trabalhar e sustentar nossas famílias", conforme contra um dos líderes dos acampados, Darci Zatti.

Para virem até à Fazenda da Palma, Zatti explicou que no MST existem pessoas encarregadas de fazer levantamentos de áreas improdutivas, " nas quais poderíamos trabalhar e fazê-las produzir". O MST é assim, diz ele, "luta pelas transformações que se fazem necessárias para alcançarmos uma sociedade mais justa".

Imediatamente após tomar conhecimento do fato a Universidade iniciou o estudo do caso e reuniu o Conselho Experimental da Palma, o qual deliberou que a ocupação, em seus aspectos legais e administrativos seria de estrita competência da administração superior da Universidade, mas que deveríamos participar no caso de definição sobre o assunto. O Conselho da Palma é formado por um presidente, quatro representantes docentes, quatro técnicos-administrativos e quatro alunos, todos das quatro faculdades que atuam no local: Veterinária, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ciências Domésticas. O apoio e a defesa da integridade, a não violência, o livre acesso ao acampamento e condições mínimas de atendimento aos colonos, foram pontos destacados pelo Conselho, que entendeu ser possível a discussão na Universidade, de proposta conjunta de ensino, pesquisa e extensão com os colonos. Mas todos estes pontos favoráveis aos colonos não foram suficientes para garantir sua permanência na Palma, faltava ainda a posição do Reitor e dos outros segmentos ligados á Fazenda.

Entra em ação o Ministro da Justiça

O Reitor Rui Antunes, embora com autonomia para decidir sobre o assentamento dos colonos da Fazenda, afirmou que a decisãode assentá-los ou pedir judicialmente a reintegração de posse, só seria tomada após ouvir a opinião da comunidade das ciências agrárias, a qual realizaria uma Assembléia no dia quatro de dezembro, para tomar uma posição.

Os colonos, por sua vez, enquanto aguardavam a posição da comunidade das ciências agrárias, elaboraram um projeto de trabalho conjunto com pesquisadores e alunos (veja na pág. 6), que também seria analisado pelo Conselho Diretor da Palma. No dia 30 de novembro, segunda-feira, os colonos entregaram sua proposta ao Reitor Ruy Antunes, que deu seu parecer pessoal, dizendo que a proposta poderia ser viabilizada e que o Centro Agropecuário porta este objetivo.

No dia da realização da Assembléia em que seria conhecida a posição da comunidade das ciências agrárias, não houve quorum, o que não lhe conferiu caráter deliberativo, frustrando os colonos. Neste período o Reitor Ruy Antunes estava em Brasília, tratando do assunto com os Ministros da Reforma Agrária e da Irrigação. Desta viagem o Reitor não trouxe boas notícias aos acampados. Pelo contrário, trouxe a ordem dos Ministros da Educação, Hugo Napoleão e da Justiça, Paulo Brossard e do próprio Presidente da República, José Sarney, de que a UFPel deveria entrar na justiça para reivindicar a imediata reintegração de posse da área.

A Justiça acabou concedendo liminar que reintegra a UFPel na posse da área do Centro Agropecuário da Palma. No entanto, nenhuma ação foi tomada para expulsá-los. Eles levantaram acampamento da mesma forma pacífica com que chegaram. Os colonos foram transferidos para um local próximo da Fazenda da Palma, numa área de 1 hectare, cedida pela Prefeitura de Pelotas, onde ficarão provisoriamente até meados de fevereiro de 88, quando a questão do assentamento deverá estar definida.

A participação do Ministro Paulo Brossard no caso, foi decisiva para que os colonos levantassem acampamento. Ele foi enfático ao declarar que o Governo federal não permitirá nem o assentamento nem a permanência dos colonos na Fazenda da Palma. Quanto a estas declarações, o Reitor Ruy Antunes limitou-se a afirmar que "à UFPel cabe cumprir a lei". E completou: "na invasão da Palma houve um ato ilícito". Mas o Reitor não fechou questão. Convocou uma reunião dos Conselhos Superiores da UFPel para analisar a situação.

Engenharia Agrícola e Veterinária: Contra o assentamento

Reunidos no dia sete de dezembro, segunda-feira, os membros dos Conselhos Superiores da UFPel decidiram avaliar o prosseguimento das discussões sobre a possível realização de trabalho cooperativo dos colonos no Centro Agropecuário da Palma. Concluiram que nova discussão deveria ser travada, desta vez em cada uma das faculdades da área de ciências agrárias, e depois, passariam novamente a bola para os três conselhos superiores – Diretor, Universitário e Coordenador do Ensino da Pesquisa.

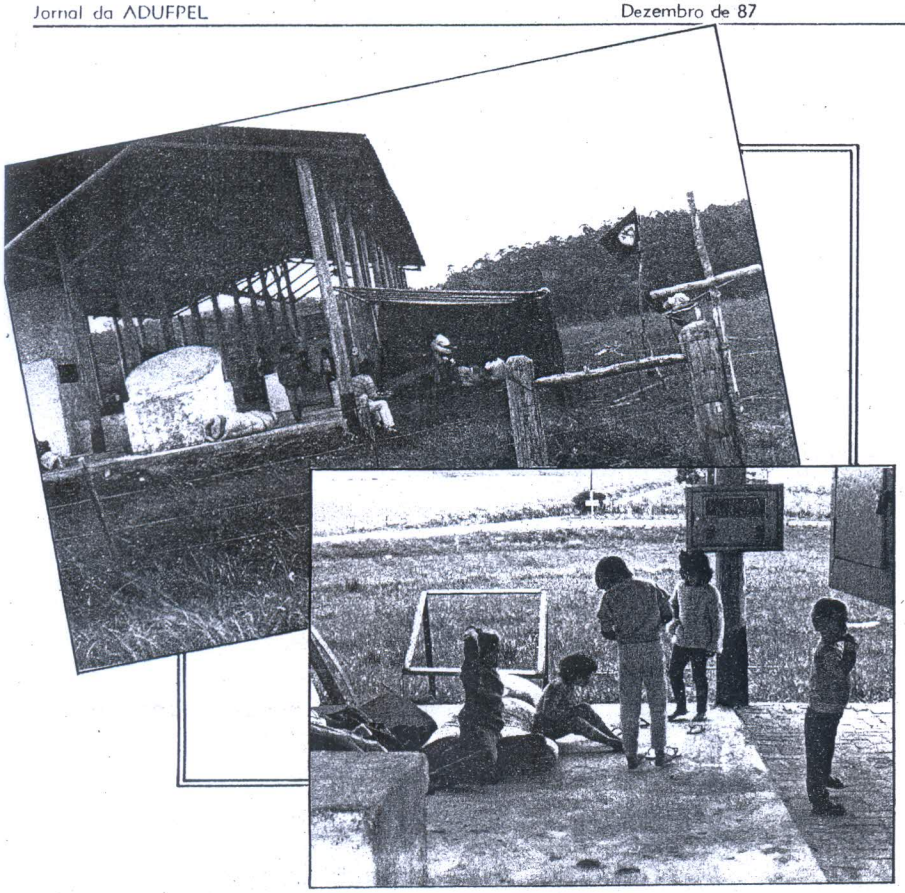
Em nova reunião do Conselho da Palma, realizada no dia 11 de dezembro, o assunto da ocupação se prolongou e não foi possível, novamente, marcar a data da Assembléia. Então, marcou-se outra reunião que aconteceu no dia 14 de dezembro, porém, ainda não foi desta vez. Os doze membros atuais do Conselho da Palma decidiram não marcar a nova data da Assembléia, aguardada com muita expectativa pelos colonos. Preferiram, primeiramente, encaminhar cópias da carta de intenção das 49 famílias acampadas, para que fosse discutida em cada uma das quatro faculdades.

Duas das faculdades envolvidas com a questão saltaram à frente e se posicionaram formalmente contrários ao assentamento dos colonos na Fazenda da Palma: Engenharia Agrícola e Veterinária.

O Conselho Departamental da Faculdade de Veterinária referendou a posição dos professores da faculdade, que reunidos em Assembléia no dia 1º de dezembro, decidiram que "são contrários à invasão; não aceitam como procedente a afirmativa de que o Centro Agropecuário da Palma seja improdutivo, tendo em vista as finalidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, objetivos perfeitamente delineados no Documento Final – Seminário da Palma; estão solidários com o administrador da Palma bem como seus funcionários no sentido de que sejam preservados os objetivos da unidade assim como sua área física, matéria já discutida e deliberada no meio universitário".

Com esta decisão, ficou encerrada a discussão sobre o assunto na faculdade de veterinária e os professores comunicaram ao Reitor que ficarão descompromissados de desenvolverem atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na Fazenda da Palma caso se concretize o assentamento dos colonos do referido movimento.

O Curso de Engenharia Agrícola igualmente se posicionaram contrários ao assentamento. No entanto, se houver esta possibilidade, que sejam os futuros ocupantes da área os Sem-Terra de Pelotas e da região.



Telex enviado pelas AD s e Andes ao Ministro da Justiça

Os representantes das Associações de Docentes do Ensino Superior abaixo designadas, reunidas por ocasião do II Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica promovida pela ANDES, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 05 e 06 do mês em curso, dirige-se a V. Excia. para comunicar seu repúdio ao tero de Vossas declarações veiculadas pelo noticioso "Jornal Nacional", da Rede Globo de Televisão, no dia 04 p.p..

Num momento em que o conjunto da comunidade acadêmica brasileira luta pelo princípio da autonomia universitária, princípio já reconhecido pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, que o fez incluir no Projeto da futura Constituição Federal, é inadmissível que uma autoridade universitária "receba ordens" de quem quer que seja para o cumprimento de suas responsabilidades. A Universidade Federal de Pelotas possui todos os instrumentos necessários à preservação de seu patrimônio e a responsabilidade para tal, sem que isto implique necessariamente na expulsão dos agricultores sem-terra da Fazenda da Palma.

Exigimos o reconhecimento do direito elementar da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Pelotas discutir alternativas para a situação criada pela ocupação de sua Fazenda Experimental, sem interferências externas e respeitando o caráter próprio da Universidade e seu papel social.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1987. Assinam Associações de Docentes das IFES e a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior.

Na imprensa local, duas concepções de sociedade

Frases

"Ocorre que este bando de criminosos estendeu seus tentáculos em direção ao município do Capão do Leão" - Nota da **ASSOCIAÇÃO RURAL DE PELOTAS E SINDICATO RURAL DE PELOTAS.**

"A luta dos acampados sintetiza as necessidades de toda a classe trabalhadora" - **AVELINO OLIVEIRA** - Pres. Sinpro

"A UDR está pronta para defender seus produtores para que não sejam penalizados pela esquerdinha de butique" - **RONALDO CAIADO** - Presidente da UDR.

"É uma luta pelo fim do êxodo rural para evitar a aglomeração de trabalhadores em torno das grandes cidades" - **JOSÉ SCHIAVON** - Pres. Sind. Trab. Ind. Alimentação de Pelotas.

"Caberia a Pedro Simon imediatamente determinar a força policial que retirasse aquelas pessoas de lá" - **ARI MARIMON** - Presidente da FARSUL.

"Nossa expectativa de que a comunidade universitária terá discernimento suficiente para encarar esta nova situação sem preconceitos e sectarismos" - **Nota do COMITÊ DE LUTAS POPULARES.**

Durante este período em que os segmentos da UFPel ligados à Fazenda da Palma discutiam a sorte dos acampados, várias entidades, representando diferentes setores da sociedade, manifestaram-se apoiando ou repudiando a ocupação. Nas matérias pagas publicadas pela imprensa local, as diferentes concepções de sociedade são colocadas frente a frente, notando-se de um lado a luta do Movimento Popular pela reforma agrária e por uma Universidade "que cumpra seu papel social, de atender aos interesses daqueles que, apesar excluídos da participação política, a tem sustentando financeiramente através do seu trabalho produtivo, gerando divisas e riquezas para o país, e do pagamento dos impostos, contribuindo, sem dúvida, com a maior parcela dos tributos arrecadados, oriundos em especial do ICM e IPI", conforme esclarece a nota do Comitê de Lutas Populares, assinada por 88 entidades de classe.

Por outro lado, em posição oposta, estão os fazendeiros, os industriais e os empresários, que consideram as ocupações, obra de "bagunceiros profissionais e bando de criminosos que estendeu seus tentáculos em direção ao município do Capão do Leão, invadindo propriedade Rural pertencente à Universidade Federal". Esta é a posição da Associação Rural de Pelotas e do Sindicato Rural de Pelotas.

Apoiando esta posição, a Associação Comercial de Pelotas também se manifestou, dizendo que "a ocupação de qualquer extensão da Fazenda da Palma, para assentamento de colonos, atenta contra os interesses da melhoria da própria produção do país como um todo".

Coincidência ou não, a União Democrática Ruralista — UDR — instala-se em Pelotas justamente neste período em que se decide o futuro dos acampados. O presidente nacional da UDR Ronaldo Caiado participa em Pelotas, da inauguração de quatro núcleos desta entidade que, segundo ele, "está pronta para defender os produtores para que não sejam penalisados pela esquerdinha de butique que organiza as invasões pelo país". Caiado condenou veementemente a atitude do Reitor Ruy Antunes, por este cogitar o assentamento dos colonos. "Foi uma atitude demagógica", disse ele.

Também em visita a Pelotas, o Presidente da FARSUL, e Vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Ari Marimon, criticou a decisão do Reitor de não solicitar a ação da força policial do Estado para preservar a ordem na Palma e retirar os acampados do local.

O Reitor, por sua vez, rebateu as críticas, dizendo que "não sabia que a Fazenda da Palma tinha tantos amigos. Só que estas pessoas que falam sobre isso, até há bem pouco tempo nunca haviam chegado aqui e oferecido nenhum tipo de colaboração com esta fazenda, que se tornou, de repente, alvo deste interesse".

A ocupação da Fazenda da Palma

ESTA É A "CARTA DE INTENÇÕES" DOS COLONOS

O Movimento Sem Terra (MST) surgiu da necessidade de cada um. O MST tem como objetivo principal:

1) Buscar uma Reforma Agrária justa, que vize o acesso à terra de quem não a possui e, obviamente, garantindo as condições de resistência na terra visando uma política agrícola definida e mais voltada à pequena propriedade, dando assim, condições de vida digna às famílias beneficiadas nos assentamentos, com prioridade de produção dos gêneros alimentícios de 1ª necessidade, que é a grande carência de nosso país. Assim também daria mais acesso ao consumidor urbano, que vive do mais barato e precisa de uma manutenção sadia, etc.

2) Com a defasagem do Decreto do Governo, mostrando um total fracasso em sua Reforma Agrária, trazendo uma decepção e frustação total em nossa sociedade brasileira, que sonhou com uma ampla distribuição de terra, discorreu numa tensão social em nosso país, com a criação de organizações reacionárias e radicais. Exemplo: UDR, onde conseguiram quase tomar o domínio da política agrária no Brasil, que de mão armada preservam seus latifundios improdutivos que coberm 2/3 de nosso país.

3) O descaso do governo fez esvasiar as tentativas de negociações, fazendo assim, nosso movimento cair num impasse e desespero, partindo para as mais diversas formas de pressão. Por exemplo: as ocupações de terras improdutivas, mas sempre num cunho pacífico, buscando assim a sensibilidade do Governo e a sociedade, para uma solução.

Esses atos nunca foram compreendidos pelos órgãos responsáveis e nem foram tratados como uma questão social, que, ao invés de buscar uma saída política, optou pela repressão, tratando como um caso de polícia. E radicalmente age contra nós, na maioria das vezes com sua polícia aliada ao inegável serviço da UDR. Exemplo: São Juvenal e Cruz Alta.

4) Essa situação nos faz buscar outras alternativas, ocupando terras públicas onde exista um consenso, e possamos, em conjunto, alcançar o objetivo maior.

5) O acampamento da Fazenda da Palma, composto por famílias de diversos municípios da região do Alto Uruguai, com procedência e especialização constadas no cadastro do antigo INCRA-MINRAD.

6) São 49 famílias com proposta de trabalho associativo e comunitário, intensamente discutido na Fazenda Anoni, e são famílias já comprovadas pelo INCRA em seus estudos e critérios, aptas a trabalhar na terra e serem beneficiadas nos projetos de assentamentos pelo Plano de Reforma Agrária.

7) Conhecemos os objetivos da Fazenda da Palma tal como Ensino, Pesquisa e extensão. Compreendemos a justeza destes objetivos, por isso entendemos que nossa permanência nessa área, em momento algum vem ferir seus objetivos, pelo contrário, pode contribuir para juntos alcançá-los e ampliá-los. E também saciar as necessidades de nossas famílias, criando assim, uma nova experiência de assentamento que possa ser reproduzida e contribuir na política de Reforma Agrária, tendo isto como alternativa nas deficiências de outros assentamentos e da pequena propriedade.

No momento em que se definir nossa permanência nesta área, propomos:

1º) Junto com o corpo técnico desta universidade, montar uma proposta técnica e política de uso da área ociosa da Fazenda da Palma, podendo se integrar com a assessoria técnica do MST.

2º) Estudar a conveniência de criar uma comissão composta pela universidade e os colonos para traçar uma linha de ação e atuação no processo de uso do restante da área da Palma.

3º) Que na área utilizada por nós, o acompanhamento do corpo técnico seja meramente de assessoria e pesquisa, preservando assim, a autonomia de ação e decisão, tanto na produção como na comercialização por parte dos assentados.

4º) Que a forma comunitária de trabalho seja decidida por nós, podendo contar com o apoio técnico da faculdade estabelecendo, assim, as condições que a terra oferece.

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO

1º) Trabalhar de forma comunitariamente com sistema de Agrovila. Visando toda a infra-estrutura necessária, tais como, moradia, higiene, saúde, educação, lazer, criando regimento interno com a comunidade local, com integração na comunidade municipal.

2º) Buscar os recursos para produção, priorizando alternativas. Exemplo: adubos orgânicos, combate às pragas, dispensando o agrotóxico, usando outras alternativas existentes.

3º) Que o manejo da terra seja na medida do possível, e se conveniente, usar a mão de obra manual, já que isso poderia contribuir na preservação do solo.

TIPO DE CULTURA QUE QUEREMOS

Buscando nos diferentes solos que existem na área, baseando-se nas condições que possivelmente ofereça cultura. Exemplo: Milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, batatinha, etc. e toda as espécies de horti-fruti-granjeiro, assim como toda a produção de espécie animal, como por exemplo gado, ovelha, porco, galinha, abelha, peixe, etc.

FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO

1º) Que os produtos tirados das áreas de assentamento, deverá primeiro suprir a necessidade do grupo no que diz respeito à alimentação pessoal e à manutenção dos animais.

2º) O restante pode-se comercializar direto, suprindo as necessidades da universidade. Pode-se comercializar direto com as associações de bairros ou criar um sistema de cooperativa, etc. Podendo, também, utilizar as três formas.

NO CASO DAS PESQUISAS JÁ EXISTENTES

3º) As áreas ocupadas pode-se achar de cooperação, pois nota-se a falta de mão-de-obra como: custeio e preservação nos canteiros e no Horto, visando assim, recompensa da comunidade assentada.

4º) Pensamos que o assentamento possa reproduzir essas experiências como pode ser também uma forma de experimento, ligado ou não às pesquisas existentes na área.

POSSE DA TERRA

1º) Interessa-nos apenas a garantia de permanência e uso da terra, com documentos aceitáveis para financiamento e projetos. A forma jurídica não nos deve ser a mais adequada.

2º) Sabemos que o nosso sucesso depende do apoio de todos, principalmente da universidade, como instituição.

Sabemos, também, que este sucesso pode ser mérito da universidade, numa contribuição decisiva na política de Reforma Agrária.

Por isso, esperamos e contamos com o apoio da universidade em todos os sentidos, pois nosso destino e o futuro de nossos filhos, dependem da aceitação e participação desta proposta..

ACAMPAMENTO DA FAZENDA DA PALMA – 28/11/87

A realidade da estrutura agrária brasileira

O sistema latifundiário, predominante no Brasil, constitui um verdadeiro entrave ao desenvolvimento nacional

A posse da terra no Brasil, que sempre esteve concentrada nas mãos de pouca gente, leva a imensa maioria dos trabalhadores rurais do país, ainda hoje, às portas do século XXI, a viver enraizada em formas arcaicas de exploração da terra, tal como no século passado. Nesta dramática situação deve-se acrescentar os milhares de trabalhadores que ainda buscam um pedaço de terra para nela produzir e sustentar suas famílias.

Segundo o Censo Agropecuário de 1980 (ver gráfico), as grandes propriedades, com área igual ou maior do que 1000 ha, ocupam quase a metade - 46% da área total do país e representam apenas 0,9% do número de estabelecimentos agrícolas existentes. O conjunto de estabelecimentos médios, com áreas entre 100 e 1000 ha, não chega também a representar 10% das propriedades agrícolas. Mas estes estabelecimentos médios também colaboram na concentração da posse da terra, visto que ocupam 36% da área total.

Os pequenos produtores, aqueles com área inferior a 100 ha, por sua vez, estão colocados no outro extremo deste quadro. Ocupam apenas 18% da área total e representam a esmagadora maioria dos estabelecimentos agrícolas existentes no país - 89,1%, numa demonstração da força dos pequenos agricultores que, ocupando apenas um quinto da área agrícola do país e recebendo um terço do financiamento, são responsáveis por mais de 70% da produção destinada ao mercado interno; 56% dos produtos exportados e por volta de 80 da oferta de empregos.

Por outro lado, os grandes proprietários contribuem com apenas 6% da produção para o mercado interno (arroz, milho, mandioca, algodão, batata); com 7,5% da produção para o mercado externo (café e soja); e com 3% sobre o total da porcentagem de oferta de empregos no campo.

Estes dados, obtidos pelo Censo Agropecuário de 1980, revelam a realidade da estrutura agrária brasileira, altamente concentradora da posse da terra, com desastrosas consequências para o desenvolvimento do país, deixando milhares de famílias de camponeses sem Terra para viver e produzir. São muitas vezes, obrigados a escolher entre dois caminhos: a ocupação de terras ociosas ou deixar a vida rural, aumentando ainda mais os "cinturões de miséria" nas periferias dos centros urbanos. (Os dados e gráfico deste texto foram extraídos do trabalho de Maria Laura Franco. "A Função social do ensino técnico agrícola", publicado pela revista "Educação e Sociedade", nº 22).

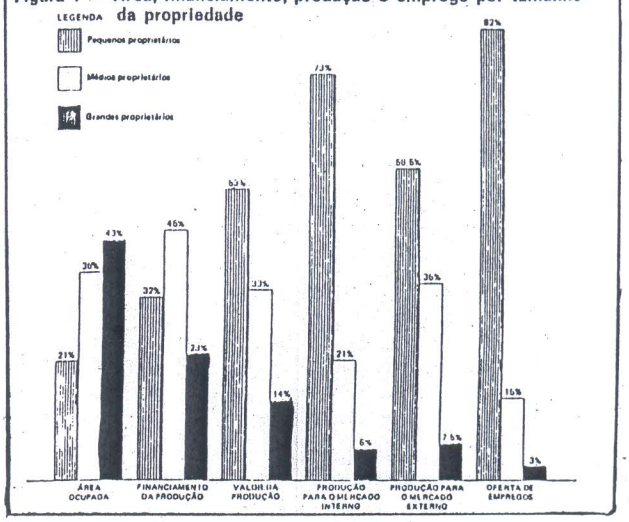



Figura 1 — Área, financiamento, produção e emprego por tamanho da propriedade